

# ARTIVION™

## POLÍTICA DE NEGOCIAÇÃO COM INFORMAÇÕES PRIVILEGIADAS E DIRETRIZES COM RELAÇÃO A DETERMINADAS TRANSAÇÕES EM TÍTULOS

Conforme adotado em 6 de  
agosto de 2024

### RESUMO EXECUTIVO

#### *Negociação com informações privilegiadas*

- (a) É uma violação da lei dos EUA para diretores, executivos, funcionários e outros indivíduos que possuam informações materiais não públicas sobre a Artivion, Inc. (juntamente com suas subsidiárias, a "**Empresa**"), ou informações materiais não públicas que foram obtidas sobre outras organizações no curso do serviço prestado à Empresa, executar transações nos títulos da Empresa com base nessas informações.
- (b) Não é uma defesa o fato de a pessoa não ter "usado" as informações para fins de transação.
- (c) Todos os diretores e funcionários da lista de insiders da empresa devem autorizar previamente qualquer transações com os títulos da Empresa.
- (d) Tanto (1) divulgar essas informações a outras pessoas que, em seguida, executam transações com base nas informações, quanto (2) fazer recomendações ou expressar opiniões sobre transações enquanto estiver de posse dessas informações também são ilegais. Tanto a pessoa que compartilha as informações ou recomendações quanto a pessoa que age com base nelas podem ser legalmente responsabilizadas.
- (e) Você é obrigado a divulgar quaisquer violações desta Política ao Conselho Geral e Diretor de Conformidade da Empresa, ou a seu sucessor ou designado (o "**Conselho Geral**").

#### *Períodos de blecaute -*

- (a) Durante os períodos em que há maior probabilidade de que os funcionários da empresa tenham informações materiais não públicas, a empresa pode instituir um período de blackout, durante o qual os indivíduos identificados são proibidos de realizar transações com títulos da empresa, a menos que tenham entrado em acordos especiais permitidos pela SEC.
- (b) Independentemente de você estar ou não sujeito a períodos de blackout ou de estar sujeito a um período de blackout em qualquer momento, você continua sujeito às proibições de negociação com base em informações materiais não públicas e a quaisquer outras restrições aplicáveis nesta Política.
- (c) Todos os indivíduos têm a responsabilidade pessoal de determinar se estão de posse de informações materiais não públicas antes de tentar se envolver em qualquer transação de títulos da Empresa.

**Outras restrições e exigências** - Uma ampla variedade de restrições adicionais sobre transações de valores mobiliários e exigências de relatórios são cobertas pela Política e pelas diretrizes a seguir.

*Leia este documento na íntegra, pois o resumo executivo acima não pretende abranger todo o comportamento restrito, e entre em contato com o Conselho Geral ou com um membro do departamento jurídico em caso de dúvidas.*

# ARTIVION™

## ÍNDICE DE CONTEÚDO

	<b><u>Página</u></b>
INTRODUÇÃO.....	2
PESSOAS E TRANSAÇÕES COBERTAS POR ESTA POLÍTICA .....	4
INFORMAÇÕES MATERIAIS NÃO PÚBLICAS .....	5
POLÍTICAS RELATIVAS A INFORMAÇÕES MATERIAIS NÃO PÚBLICAS .....	6
PERÍODOS DE BLACKOUT DE NEGOCIAÇÃO .....	8
PRÉ-AUTORIZAÇÃO DE NEGOCIAÇÕES .....	9
RESTRICÇÕES E ORIENTAÇÕES ADICIONAIS.....	10
EXCEÇÕES LIMITADAS.....	12
CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 16 DA EXCHANGE ACT .....	15
INFORMAÇÕES ADICIONAIS .....	16

# ARTIVION™

## INTRODUÇÃO

A Artivion, Inc. (juntamente com suas subsidiárias, a "**Empresa**") proíbe a divulgação não autorizada de qualquer informação não pública adquirida no decorrer de seu serviço na Empresa e o uso indevido de informações materiais não públicas na negociação de títulos. Quaisquer ações desse tipo serão consideradas violações desta Política de Informações Privilegiadas (a "**Política**").

### **Existem proibições legais contra o uso de informações privilegiadas**

As disposições antifraude das leis federais de valores mobiliários dos EUA proíbem que diretores, executivos, funcionários e outros indivíduos que possuam informações materiais não públicas negociem com base nessas informações. De acordo com essas leis, as transações geralmente são consideradas "com base em" informações materiais não públicas se a pessoa envolvida na transação estava ciente das informações materiais não públicas no momento da transação, e não é uma defesa o fato de a pessoa não ter "usado" as informações para fins da transação.

Divulgar informações materiais não públicas direta ou indiretamente a outras pessoas que, em seguida, negociam com base nessas informações, ou fazer recomendações ou expressar opiniões quanto a transações em valores mobiliários enquanto estiver ciente de informações materiais não públicas (o que às vezes é chamado de "**dar dicas**") também é ilegal. Tanto a pessoa que fornece as informações, recomendações ou opiniões materiais não públicas quanto a pessoa que negocia com base nelas podem ser responsabilizadas.

Essas atividades ilegais são comumente chamadas de "**negociação com informações privilegiadas**". Leis estaduais de valores mobiliários e as leis de valores mobiliários de outras jurisdições também impõem restrições ao uso de informações privilegiadas.

Além disso, uma empresa, bem como diretores individuais, executivos e outros funcionários de supervisão, podem estar sujeitos à responsabilidade como "**peças controladoras**" por não tomarem as medidas adequadas para impedir a negociação de informações privilegiadas por aqueles que estão sob sua supervisão, influência ou controle.

### **Os órgãos governamentais são rigorosos em sua detecção e acusação de uso de informações privilegiadas**

A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (a "**SEC**"), a Associação Nacional de Corretores de Valores Mobiliários e a Bolsa de Valores de Nova York usam técnicas sofisticadas de vigilância eletrônica para investigar e detectar o uso de informações privilegiadas, e a SEC e o Departamento de Justiça dos EUA podem perseguir vigorosamente as violações de uso de informações privilegiadas. Casos envolvendo negociação por meio de contas no exterior, negociação por membros da família e amigos e negociação de apenas um pequeno número de ações foram processados com sucesso.

### **Há penalidades significativas para a violação das leis de uso de informações privilegiadas e desta Política**

*Penalidades civis e criminais.* A partir da data de vigência desta Política, as possíveis penalidades por violações de informações privilegiadas de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos EUA podem incluir:

- danos em um processo privado;
- a restituição de quaisquer lucros obtidos ou perdas evitadas;

# ARTIVION™

- prisão por até 20 anos;
- multas criminais de até US\$ 5 milhões para indivíduos e US\$ 25 milhões para entidades;
- multas civis de até três vezes o lucro obtido ou a perda evitada;
- proibição de atuar como executivo ou diretor de uma empresa pública; e
- uma liminar contra futuras violações.

# ARTIVION™

As penalidades civis e criminais também se aplicam às dicas. A SEC impôs grandes penalidades em casos de denúncia, mesmo quando a pessoa que fez a divulgação não negociou ou obteve qualquer benefício com a negociação de outra pessoa.

*Responsabilidade da pessoa controladora.* A partir da data de vigência desta Política, a penalidade para a responsabilidade da "pessoa controladora" é uma multa civil de até US\$ 2,3 milhões ou três vezes o lucro obtido ou a perda evitada como resultado das violações de informações privilegiadas, bem como possíveis multas criminais e prisão.

*Ações disciplinares da Empresa.* Se a Empresa tiver uma base razoável para concluir que você não cumpriu esta Política, você poderá estar sujeito a ações disciplinares por parte da Empresa, incluindo demissão por justa causa, independentemente de o seu descumprimento desta Política resultar ou não em violação da lei. Não é necessário que a Empresa aguarde o ajuizamento ou a conclusão de qualquer ação civil ou criminal contra um suposto infrator antes de tomar medidas disciplinares contra você. Além disso, a Empresa poderá dar instruções de interrupção de transferência e outras instruções ao agente de transferência da Empresa para impor a conformidade com esta Política.

## **Perguntas sobre esta política**

Encaminhe todas as dúvidas, solicitações ou relatórios sobre qualquer um dos assuntos discutidos nesta Política ao Conselho Geral e ao Diretor de Conformidade da Empresa ("**Conselho Geral**") ou ao seu representante. O Conselho Geral é geralmente responsável pela administração desta Política e pode selecionar outras pessoas para auxiliar nessa administração.

## **Você tem a obrigação de denunciar violações**

Conforme também estabelecido no Código de Conduta da Empresa, é sua responsabilidade ajudar a aplicar esta Política. Você deve estar atento a possíveis violações e relatar imediatamente violações ou suspeitas de violações desta Política ao Conselho Geral em [compliance@artivion.com](mailto:compliance@artivion.com) ou por meio da linha direta anônima da Empresa (855.845.3467 e <https://artivion.ethicspoint.com>). A linha direta de conformidade é uma linha direta confidencial de terceiros, disponível 24 horas por dia, 7 dias por semana, para denúncias de violações de conformidade. Se a sua situação exigir que a sua identidade seja mantida em segredo, o seu anonimato será preservado na medida do possível. Se desejar manter o anonimato, envie uma carta endereçada ao General Counsel, 1655 Roberts Blvd, N.W., Kennesaw, GA 30144. Se fizer uma denúncia anônima, forneça o máximo de detalhes possível, incluindo qualquer evidência que acredite ser relevante para a questão.

A Artivion não tolerará nenhuma forma de retaliação contra você por qualquer denúncia que você faça de boa-fé. A denúncia de boa-fé significa que você acredita que possa haver uma suspeita de violação e compartilha integralmente com a Empresa as informações que acredita serem verdadeiras sobre a situação. Qualquer pessoa que, em nome da Empresa, cometer ou tolerar qualquer forma de retaliação contra um denunciante de boa-fé estará sujeita a ações disciplinares, incluindo demissão, de acordo com a legislação local.

## **Você é pessoalmente responsável pela conformidade com esta Política**

A responsabilidade final pelo cumprimento desta Política e das leis e regulamentações aplicáveis é sua. Você deve usar sempre o seu bom senso e consultar seus consultores jurídicos e financeiros, conforme necessário. Aconselhamos que você busque ajuda caso tenha alguma dúvida. As regras relacionadas ao uso de informações privilegiadas podem ser complexas, e uma violação das leis de uso de informações privilegiadas pode acarretar graves consequências.

# ARTIVION™

## PESSOAS E TRANSAÇÕES COBERTAS POR ESTA POLÍTICA

### **Pessoas cobertas por esta Política**

Esta Política se aplica a todos os diretores, executivos, funcionários e agentes (como consultores e contratados independentes) da Empresa. As referências nesta Política a "você" (bem como as referências gerais a diretores, executivos, funcionários e agentes da Empresa) também devem ser entendidas como incluindo membros de sua família imediata, pessoas com quem você compartilha um domicílio, pessoas que são seus dependentes econômicos e quaisquer outros indivíduos ou entidades cujas transações em valores mobiliários você influencie, dirija ou controle (incluindo, por exemplo, um empreendimento ou outro fundo de investimento se você influenciar, dirigir ou controlar as transações do fundo). Você é responsável por garantir que esses outros indivíduos e entidades cumpram esta Política.

### **Tipos de transações cobertas por esta Política**

Exceto conforme discutido na seção intitulada "**Exceções limitadas**", esta Política se aplica a *todas as* transações *que envolvam* os títulos da Empresa ou os títulos de outras empresas sobre os quais você possua informações materiais não públicas obtidas no decorrer de seu serviço na Empresa. Portanto, esta Política se aplica a compras, vendas, presentes e outras transferências de ações ordinárias, opções, bônus de subscrição, ações preferenciais, títulos de dívida (como debêntures, títulos e notas) e outros títulos. Esta Política também se aplica a quaisquer acordos que afetem a exposição econômica a mudanças nos preços desses títulos. Esses acordos podem incluir, entre outras coisas, transações em títulos derivativos (como opções de compra ou venda negociadas em bolsa), transações de hedge, vendas a descoberto e determinadas decisões com relação à participação em planos de benefícios. Esta Política também se aplica a quaisquer ofertas com relação às transações discutidas acima. Você deve observar que não há exceções às leis de uso de informações privilegiadas ou a esta Política com base no tamanho da transação.

### **A divulgação não autorizada de informações materiais não públicas de outras empresas também é proibida**

Esta Política proíbe a divulgação não autorizada ou outro uso indevido de qualquer informação não pública de outras empresas, como distribuidores, vendedores, clientes, colaboradores, fornecedores e concorrentes da Empresa. Esta Política também proíbe o uso de informações privilegiadas e dicas com base em informações materiais não públicas de outras empresas.

### **Esta Política pode continuar a ser aplicada a você após sua saída da Empresa**

Espera-se que você cumpra esta Política até o momento em que não seja mais afiliado à Empresa e não possua mais nenhuma informação material não pública sujeita a esta Política. Além disso, se você estiver sujeito a um bloqueio de negociação nos termos desta Política no momento em que deixar de ser afiliado à Empresa, espera-se que você cumpra as restrições de negociação aplicáveis até pelo menos seis meses após o término de sua afiliação com a Empresa.

### **Não há exceções baseadas em circunstâncias pessoais**

Pode haver casos em que você sofra prejuízos financeiros ou outras dificuldades ou seja obrigado a renunciar a uma transação planejada devido às restrições impostas por esta Política. Emergências financeiras pessoais ou outras circunstâncias pessoais não são fatores atenuantes

# ARTIVION™

de acordo com as leis de valores mobiliários e não desculpam o não cumprimento desta Política.

# ARTIVION™

## INFORMAÇÕES MATERIAIS NÃO PÚBLICAS

### As informações "materiais" são definidas de forma ampla

As informações devem ser consideradas relevantes se houver uma probabilidade substancial de que um investidor razoável as considere importantes para decidir se comprará, manterá ou venderá títulos ou se considerará que as informações alteram significativamente a combinação total de informações no mercado sobre o emissor do título. Em geral, qualquer informação que possa razoavelmente afetar o preço de mercado de um título é provavelmente relevante. Informações positivas ou negativas podem ser relevantes.

Não é possível definir todas as categorias de informações "materiais". Entretanto, alguns exemplos

As informações que frequentemente seriam consideradas materiais incluem informações relativas a:

- Resultados financeiros, condição financeira, pré-anúncios de ganhos, orientações, projeções ou previsões, especialmente se forem inconsistentes com as expectativas da comunidade de investimentos;
- Reapresentações de resultados financeiros ou reduções de valor, baixas contábeis ou reestruturações materiais;
- Mudanças nos auditores independentes ou notificação de que a Empresa não pode mais confiar em um relatório de auditoria;
- Planos de negócios ou orçamentos;
- Criação de obrigações financeiras significativas, ou qualquer inadimplência significativa ou aceleração de qualquer obrigação financeira;
- Falência iminente ou problemas de liquidez financeira;
- Desenvolvimentos significativos envolvendo relacionamentos comerciais, incluindo execução, modificação ou rescisão de contratos ou pedidos significativos com clientes, fornecedores, distribuidores, fabricantes ou outros parceiros comerciais;
- Incidentes significativos de segurança cibernética ou outras interrupções significativas nos negócios, na reputação ou nos ativos da Empresa;
- Lançamentos, modificações, defeitos ou recalls de produtos, alterações significativas de preços ou outros anúncios de produtos de natureza significativa;
- Desenvolvimentos significativos em pesquisa e desenvolvimento ou relacionados à propriedade intelectual;
- Desenvolvimentos legais ou regulatórios significativos, sejam eles reais ou ameaçados;
- Principais eventos envolvendo os títulos da empresa, incluindo chamadas de títulos para resgate, adoção de programas de recompra de ações, reavaliação de opções, desdobramento de ações, mudanças nas políticas de dividendos, ofertas públicas ou privadas de títulos, modificação dos direitos dos detentores de títulos ou aviso de fechamento de capital;
- Eventos corporativos significativos, como uma fusão, joint venture ou oferta pública pendente ou proposta, um investimento significativo, a aquisição ou alienação de um negócio ou ativo significativo ou uma mudança no controle da empresa; e
- Grandes mudanças de pessoal, como mudanças na gerência sênior ou demissões.

Se você tiver alguma dúvida sobre se uma informação deve ser considerada "material", consulte o Conselho Geral ou seu representante. Em geral, é aconselhável resolver qualquer dúvida sobre a materialidade de qualquer informação presumindo que a informação é material.

# ARTIVION™

## **As informações "não públicas" também são definidas de forma ampla**

As informações são consideradas não públicas se não tiverem sido amplamente divulgadas ao público por um período suficiente para serem refletidas no preço do título. Como regra geral, as informações devem ser consideradas não públicas até que tenham decorrido pelo menos dois (2) **dias completos de negociação** depois que as informações forem amplamente distribuídas ao público em um comunicado à imprensa, um registro público junto à SEC, um webcast público pré-anunciado ou outra forma ampla e não excludente de comunicação pública. Entretanto, dependendo da forma do anúncio e da natureza das informações, é possível que as informações não sejam totalmente absorvidas pelo mercado até um momento posterior. Qualquer dúvida quanto ao fato de as informações não serem públicas deve ser encaminhada ao Conselho Geral ou ao seu representante.

O termo "**dia de negociação**" significa um dia em que as bolsas de valores nacionais e a National Association of Securities Dealers, Inc. (NSAO), o Sistema de Cotação Automatizada de Valores Mobiliários (AACCS) e o Sistema de Cotação Automatizada de Valores Mobiliários (ACS) estão abertos para **negociação**. Automated Quotation System estão abertas para negociação. Um dia de negociação "**completo**" terá transcorrido quando, após a divulgação pública, a negociação do título relevante tiver sido aberta e depois fechada.

## **POLÍTICAS RELATIVAS A INFORMAÇÕES MATERIAIS NÃO PÚBLICAS**

### **Você tem a obrigação de manter a confidencialidade das informações não públicas**

É proibido o uso não autorizado ou a divulgação de informações não públicas relacionadas à Empresa ou a outras empresas. Todas as informações não públicas que você adquirir no decorrer de seu serviço na Empresa só poderão ser usadas para fins comerciais legítimos da Empresa. Além disso, as informações não públicas de terceiros devem ser tratadas de acordo com os termos de quaisquer contratos de confidencialidade relevantes, e o uso de tais informações não públicas deve se limitar à finalidade para a qual foram divulgadas.

Você deve envidar todos os esforços razoáveis para proteger as informações não públicas em poder da Empresa. Você não pode divulgar informações não públicas sobre a Empresa ou sobre qualquer outra empresa, a menos que seja exigido por lei, ou a menos que (i) a divulgação seja necessária para fins comerciais legítimos da Empresa, (ii) você esteja autorizado a divulgar as informações e (iii) tenham sido tomadas as medidas adequadas para evitar o uso indevido dessas informações (incluindo a celebração de um contrato de confidencialidade adequado que restrinja a divulgação e o uso das informações, se aplicável). Essa restrição também se aplica a comunicações internas da Empresa e a comunicações com agentes da Empresa. Nos casos em que a divulgação de informações não públicas a terceiros for necessária, você deve entrar em contato com o Conselho Geral.

Todos os diretores, funcionários e agentes da Empresa devem assinar e cumprir o Contrato de Confidencialidade da Empresa em vigor, na data da assinatura, aplicável a esse funcionário ou consultor, bem como quaisquer atualizações ou alterações do mesmo.

### **Você não pode negociar com base em informações materiais não públicas**

Exceto conforme discutido na seção intitulada "**Exceções limitadas**", você não pode, direta ou indiretamente por meio de terceiros, participar de qualquer transação envolvendo os títulos da Empresa *enquanto tiver conhecimento de* informações materiais não públicas relacionadas à Empresa. Não é desculpa o fato de você não ter "usado" as informações em sua transação.

# ARTIVION™

Da mesma forma, você não pode se envolver em transações envolvendo os títulos de qualquer outra empresa se tiver conhecimento de informações materiais não públicas sobre essa empresa (exceto na medida em que as transações sejam análogas às apresentadas na seção intitulada "**Exceções limitadas**"). Por exemplo, você pode estar envolvido em uma proposta de transação que envolva uma possível relação comercial ou transação com outra empresa. Se as informações sobre essa transação constituírem informações materiais não públicas para essa outra empresa, você estará proibido de participar de transações envolvendo os títulos dessa outra empresa (bem como transações envolvendo títulos da Empresa, se essas informações forem materiais para a Empresa). É importante observar que a "materialidade" é diferente para empresas diferentes. Informações que não são relevantes para a Empresa podem ser relevantes para outra empresa. Consulte o consultor jurídico geral ou seu representante se tiver alguma dúvida sobre se um assunto é "informação material não pública".

## **Você não pode divulgar informações materiais não públicas para o benefício de terceiros**

Você não poderá divulgar informações materiais não públicas referentes à Empresa ou a qualquer outra empresa a amigos, familiares ou qualquer outra pessoa ou entidade não autorizada a receber tais informações, caso essa pessoa ou entidade possa se beneficiar ao negociar com base em tais informações. Além disso, você não pode fazer recomendações ou expressar opiniões com base em informações materiais não públicas quanto à negociação de títulos de empresas às quais essas informações se referem. Você está proibido de se envolver nessas ações, independentemente de obter ou não qualquer lucro ou benefício pessoal com isso.

## **Você deve divulgar informações materiais não públicas à Empresa**

Você não pode participar de nenhuma transação, incluindo as discutidas na seção intitulada "**Exceções limitadas**", a menos que tenha divulgado ao Conselho Geral qualquer informação material não pública de que tenha tomado conhecimento no decorrer de seu serviço na Empresa e que a gerência sênior não tenha conhecimento. Se você for membro da gerência sênior, as informações deverão ser divulgadas ao CEO e, se você for o CEO ou um diretor, deverá divulgar as informações ao conselho de administração antes que qualquer transação seja permitida.

## **Responder a solicitações externas de informações**

Caso receba uma solicitação de informações de alguém de fora da Empresa, como um analista de ações, você deve encaminhar a solicitação ao diretor financeiro ou ao diretor executivo. A Empresa é obrigada, de acordo com o Regulamento FD (Fair Disclosure) das leis federais de valores mobiliários dos EUA, a evitar a divulgação seletiva de informações materiais não públicas. Em geral, a regulamentação prevê que, quando uma empresa pública divulga informações relevantes não públicas, ela deve fornecer acesso amplo e não excludente a essas informações. As violações dessa regulamentação podem sujeitar a empresa a ações de fiscalização da SEC, que podem resultar em liminares e penalidades monetárias severas. A Empresa estabeleceu procedimentos para a divulgação de informações relevantes de forma a obter ampla disseminação pública das informações imediatamente após sua divulgação, em conformidade com a lei aplicável. Consulte a Política de Controles e Procedimentos de Divulgação da Empresa para obter mais informações.

# ARTIVION™

## NEGOCIAÇÃO DE PERÍODOS DE BLACKOUT

Para limitar a probabilidade de negociação em momentos em que há um risco significativo de exposição a informações privilegiadas, a Empresa instituiu períodos trimestrais de bloqueio de negociação e pode instituir períodos especiais de bloqueio de negociação de tempos em tempos. Além disso, para cumprir as exigências legais aplicáveis, a Empresa também pode instituir períodos de restrição que impeçam os conselheiros e diretores de negociar títulos da Empresa em um momento em que os funcionários estejam impedidos de negociar títulos da Empresa no plano 401(k) da Empresa.

É importante observar que, independentemente de você estar ou não sujeito a períodos de blackout, você continua sujeito às proibições de negociação com base em informações materiais não públicas e a quaisquer outras restrições aplicáveis nesta Política.

### **Períodos de blackout trimestrais**

Exceto conforme discutido na seção intitulada "**Exceções limitadas**", os conselheiros, diretores executivos e outros funcionários e agentes identificados pela Empresa devem abster-se de realizar transações que envolvam os títulos da Empresa durante os períodos trimestrais de restrição. Você será notificado trimestralmente pelo Departamento Financeiro ou pelo Conselho Geral se tiver que se abster de tais transações. Mesmo que não seja especificamente identificado como sujeito a períodos de restrição trimestrais, você deve ter cuidado ao se envolver em transações durante os períodos de restrição trimestrais devido ao risco elevado de exposição a informações privilegiadas.

Os períodos de blackout trimestrais começam no final do décimo dia útil anterior ao final de cada trimestre fiscal e terminam no início do terceiro dia completo de negociação após a data de divulgação pública dos resultados financeiros desse trimestre fiscal. Esse período é particularmente sensível para transações que envolvam os títulos da Empresa, do ponto de vista da conformidade com as leis de títulos aplicáveis, devido ao fato de que, durante esse período, os indivíduos podem frequentemente possuir ou ter acesso a informações materiais não públicas relevantes para os resultados financeiros esperados para o trimestre.

As pessoas sujeitas a períodos de restrição trimestrais e que recebem avisos de tais períodos de restrição trimestrais são identificadas em uma lista mantida pelos escritórios do Conselho Geral e do Diretor Financeiro. De tempos em tempos, a Empresa pode identificar outras pessoas que devem estar sujeitas a períodos de restrição trimestrais, e o escritório do Conselho Geral ou do Diretor Financeiro atualizará e revisará essa lista de pessoas sujeitas a períodos de restrição trimestrais, geralmente uma vez a cada seis meses.

### **Períodos especiais de blecaute**

De tempos em tempos, a Empresa também pode proibir que conselheiros, diretores, funcionários e agentes participem de transações envolvendo os títulos da Empresa quando, no julgamento do Conselho Geral, um bloqueio de negociação for justificado. Em geral, a Empresa imporá períodos especiais de blackout quando houver acontecimentos relevantes conhecidos pela Empresa que ainda não tenham sido divulgados ao público. Por exemplo, a Empresa pode impor um período de blackout especial em antecipação ao anúncio da orientação de ganhos intermediários ou de uma transação ou desenvolvimento comercial significativo. No entanto, períodos especiais de blackout podem ser declarados por qualquer motivo. No caso de um evento de segurança cibernética relevante, conforme definido pela Empresa, um período de blackout especial será imposto durante o período entre a descoberta do evento de segurança cibernética pela

# ARTIVION™

Empresa e a data da divulgação pública.

# ARTIVION™

A Empresa notificará as pessoas sujeitas a um período especial de bloqueio. Cada pessoa que tenha sido identificada e notificada pela Empresa não poderá participar de nenhuma transação envolvendo os títulos da Empresa até que receba instruções em contrário do Conselho Geral, e não deverá divulgar a terceiros o fato de tal suspensão de negociação.

## **Os diretores e executivos também estão sujeitos aos blackouts do Regulamento BTR**

Os conselheiros e diretores executivos também podem estar sujeitos a bloqueios de negociação de acordo com o Regulamento de Restrição de Negociação de Bloqueio ("**Regulamento BTR**") segundo as leis federais de valores mobiliários dos EUA. Em geral, o Regulamento BTR proíbe qualquer diretor ou executivo de se envolver em determinadas transações envolvendo títulos da Empresa durante os períodos em que os participantes do plano 401(k) são impedidos de comprar, vender ou de outra forma adquirir ou transferir uma participação em determinados títulos mantidos em planos de contas individuais. Quaisquer lucros obtidos em uma transação que viole a Regulamentação BTR são recuperáveis pela Empresa, independentemente das intenções do diretor ou executivo que efetuou a transação. Além disso, os indivíduos que se envolverem em tais transações estão sujeitos a sanções da SEC, bem como a possíveis responsabilidades criminais. A Empresa forneceu ou fornecerá memorandos separados e outros materiais apropriados a seus diretores e executivos com relação à conformidade com a Regulamentação BTR.

A Empresa notificará os conselheiros e diretores se eles estiverem sujeitos a uma restrição de negociação nos termos do Regulamento BTR. O não cumprimento de uma restrição de negociação aplicável de acordo com o Regulamento BTR é uma violação da lei e desta Política.

## **Não há "portos seguros"**

Não existem "portos seguros" incondicionais para negociações feitas em momentos específicos, e todas as pessoas sujeitas a esta Política devem exercer o bom senso em todos os momentos. Mesmo quando um período de restrição trimestral não estiver em vigor, você poderá ser proibido de participar de transações que envolvam os títulos da Empresa por possuir informações materiais não públicas, estar sujeito a um período de restrição especial ou estar restrito de outra forma de acordo com esta Política.

## **PRÉ-AUTORIZAÇÃO DE TRADES**

Exceto conforme discutido na seção intitulada "**Exceções limitadas**", os conselheiros e diretores executivos devem abster-se de participar de qualquer transação que envolva os títulos da Empresa sem antes obter **autorização** prévia do Conselho Geral ou de seu representante para a transação. Essas solicitações de autorização prévia devem ser feitas enviando um e-mail diretamente para [cleartrade@artivion.com](mailto:cleartrade@artivion.com) ou para o Conselho Geral. Além disso, a Empresa determinou que alguns outros funcionários e agentes da Empresa que possam ter acesso regular ou especial a informações materiais não públicas devem abster-se de participar de qualquer transação que envolva os títulos da Empresa sem antes obter autorização prévia da transação, enviando um e-mail diretamente para [cleartrade@artivion.com](mailto:cleartrade@artivion.com). O Conselho Geral ou seu representante não pode se envolver em uma transação envolvendo os títulos da Empresa, a menos que o Diretor Financeiro ou o Diretor Executivo tenha autorizado previamente a transação.

As pessoas sujeitas às exigências de pré-autorização foram identificadas pelos escritórios do Conselho Geral ou do Diretor Financeiro e notificadas de suas obrigações de pré-autorização. De tempos em tempos, a Empresa pode identificar outras pessoas que devem estar sujeitas às

# ARTIVION™

exigências de pré-autorização

# ARTIVION™

Os requisitos estabelecidos acima, e os escritórios do Conselho Geral ou do Diretor Financeiro podem atualizar e revisar a lista de pessoas que precisam obter autorização prévia de tempos em tempos.

A menos que o Conselho Geral conceda uma exceção, a solicitação de pré-autorização deve ser enviada no dia útil da transação proposta e deve ser efetuada no mesmo dia útil do recebimento da pré-autorização. As pessoas sujeitas a esses procedimentos de pré-autorização também devem notificar o escritório do Conselho Geral assim que a transação pré-autorizada for concluída.

Esses procedimentos de pré-autorização têm o objetivo de reduzir os riscos de negociação com informações privilegiadas associados a transações realizadas por indivíduos com acesso regular ou especial a informações materiais não públicas. Além disso, a exigência de pré-autorização de transações por diretores e executivos facilita a conformidade com as restrições de revenda da Regra 144 da Lei de Valores Mobiliários de 1933, as disposições de responsabilidade e comunicação da Seção 16 da Lei de Câmbio de Valores Mobiliários de 1934 (a "*Lei de Câmbio*") e a Regulamentação BTR. A autorização prévia de uma negociação, no entanto, não é uma defesa contra uma alegação de uso de informações privilegiadas e não o isenta de cumprir as leis de uso de informações privilegiadas ou esta Política.

O Conselho Geral ou seu representante não tem obrigação de aprovar uma transação enviada para pré-autorização e pode, a seu critério exclusivo, determinar não permitir a transação.

## RESTRIÇÕES ADICIONAIS E ORIENTAÇÃO

Esta seção aborda determinados tipos de transações que podem expor você e a Empresa a riscos significativos. Você deve entender que, mesmo que uma transação não seja expressamente proibida por esta seção, você é responsável por garantir que a transação esteja em conformidade com outras disposições desta Política que possam se aplicar à transação, como a proibição geral contra o uso de informações privilegiadas, bem como procedimentos de pré-autorização e períodos de restrição, na medida do aplicável.

### **Você não pode participar de vendas a descoberto**

As vendas a descoberto (*ou seja*, a venda de um título que deve ser emprestado para fazer a entrega) e a "venda a descoberto contra a caixa" (*ou seja*, uma venda com entrega atrasada) com relação aos títulos da Empresa são proibidas de acordo com esta Política. As vendas a descoberto podem sinalizar para o mercado possíveis más notícias sobre a Empresa ou uma falta geral de confiança nas perspectivas da Empresa, e uma expectativa de que o valor dos títulos da Empresa diminuirá. Além disso, as vendas a descoberto são efetivamente uma aposta contra o sucesso da empresa e podem reduzir o incentivo do vendedor para melhorar o desempenho da empresa. As vendas a descoberto também podem gerar a suspeita de que o vendedor esteja envolvido em negociações com informações privilegiadas.

### **Você não pode se envolver em títulos derivativos e transações de hedge**

Você está proibido de se envolver em transações de opções negociadas publicamente, como opções de compra e venda, e outros títulos derivativos com relação aos títulos da Empresa. Essa proibição se estende a qualquer hedging ou transação semelhante destinada a diminuir os riscos associados à posse de títulos da Empresa, incluindo, entre outros, contratos variáveis pré-pagos, swaps de ações, collars e fundos de troca. A propriedade e as transações de opções de

# ARTIVION™

ações, direitos de valorização de ações e outros títulos emitidos de acordo com os planos de benefícios da Empresa ou outros acordos compensatórios com a Empresa não estão sujeitas a essa proibição, desde que você não possa se envolver em hedging com relação a ações ou opções da Empresa de sua propriedade.

# ARTIVION™

As transações com títulos derivativos podem refletir um interesse especulativo e de curto prazo nos títulos da Empresa e podem criar a aparência de impropriedade, mesmo quando uma transação não envolve a negociação de informações privilegiadas. A negociação de derivativos também pode concentrar a atenção no desempenho de curto prazo em detrimento dos objetivos de longo prazo da Empresa. Além disso, a aplicação das leis de valores mobiliários a transações de derivativos pode ser complexa, e as pessoas envolvidas em transações de derivativos podem se sujeitar a um risco maior de violação das leis de valores mobiliários.

## **Certas pessoas não podem dar títulos da Empresa como garantia de empréstimos**

Se for exigido que você cumpra a Seção 16 do Exchange Act ou os períodos de blackout ou os requisitos de pré-autorização previstos nesta Política, você não poderá penhorar títulos da Empresa como garantia para empréstimos. Se você não pagar o empréstimo, o credor poderá vender os títulos penhorados como garantia em uma venda de execução hipotecária. A venda, mesmo que não tenha sido iniciada a seu pedido, ainda é considerada uma venda em seu benefício e, se for feita em um momento em que você esteja ciente de informações materiais não públicas ou não tenha permissão para negociar títulos da Empresa, poderá resultar em violações inadvertidas de informações privilegiadas, violações da Seção 16 e do Reg. BTR (para executivos e diretores), violações desta Política e publicidade desfavorável para você e para a Empresa. Por esses mesmos motivos, mesmo que você não esteja proibido de dar títulos da Empresa como garantia para empréstimos, deve ter cuidado ao fazê-lo.

## **Certas pessoas não podem manter títulos da Empresa em contas de margem**

Se for necessário cumprir a Seção 16 do Exchange Act ou os períodos de blackout ou requisitos de pré-autorização previstos nesta Política, você não poderá manter títulos da Empresa em contas de margem. De acordo com os acordos típicos de margem, se você não atender a uma chamada de margem, o corretor poderá ter o direito de vender títulos mantidos na conta de margem sem o seu consentimento. A venda, mesmo que não tenha sido iniciada a seu pedido, ainda é considerada uma venda em seu benefício e, se for feita em um momento em que você esteja ciente de informações materiais não públicas ou não tenha permissão para negociar, poderá resultar em violações inadvertidas de informações privilegiadas, violações da Seção 16 e do Reg. BTR (para executivos e diretores), violações desta Política e publicidade desfavorável para você e para a Empresa. Por esses mesmos motivos, mesmo que não esteja proibido de manter títulos da Empresa em contas de margem, você deve ter cautela ao fazê-lo.

## **Você deve ter cuidado ao colocar ordens abertas com corretores**

Exceto de acordo com um plano de negociação aprovado (conforme discutido abaixo), você deve ter cuidado ao colocar ordens abertas, como ordens de limite ou ordens stop, com corretores, especialmente quando a ordem provavelmente permanecerá pendente por um longo período de tempo. As ordens em aberto podem resultar na execução de uma negociação em um momento em que você tenha conhecimento de informações materiais não públicas ou, de outra forma, não tenha permissão para negociar títulos da Empresa, o que pode resultar em violações inadvertidas de informações privilegiadas, violações da Seção 16 e do Reg. BTR (para executivos e diretores) desta Política e publicidade desfavorável para você e para a Empresa. Se você estiver sujeito a períodos de blackout ou a requisitos de pré-autorização, deverá informar qualquer corretor com o qual fizer qualquer ordem aberta no momento em que ela for feita.

# ARTIVION™

## **Você não deve negociar títulos da Empresa em curto prazo**

Todas as ações da Empresa compradas por executivos ou diretores no mercado aberto devem ser mantidas por um período mínimo de seis (6) meses. A compra e venda de títulos da Empresa em curto prazo pode ser considerada um interesse especulativo e de curto prazo nos títulos da Empresa e pode criar a aparência de impropriedade, mesmo que a transação não envolva a negociação de informações privilegiadas. O impacto dessas negociações também pode concentrar a atenção no desempenho de curto prazo em detrimento dos objetivos de longo prazo da Empresa. Os executivos e diretores também são proibidos de se envolver nesses tipos de transações pela Seção 16 do Exchange Act.

Sujeito aos termos dos prêmios aplicáveis, as ações recebidas da empresa como prêmio de ações compensatórias registradas na SEC em um Formulário S-8 não precisam ser mantidas por seis (6) meses e pode ser vendido a qualquer momento, desde que você não tenha nenhuma informação material não pública.

## **Restrições comerciais podem se aplicar a presentes e doações**

As restrições de negociação previstas nesta Política se aplicam a presentes e doações que envolvam títulos da Empresa. Os destinatários de presentes e doações geralmente vendem títulos após o recebimento, o que pode ser considerado uma "dica" pelo doador. Da mesma forma, o valor dos títulos no momento do presente ou da doação pode afetar a dedução fiscal ou outro benefício para o doador.

## **EXCEÇÕES LIMITADAS**

A seguir, algumas exceções limitadas às restrições impostas pela Empresa de acordo com esta Política. Esteja ciente de que, mesmo que uma transação esteja sujeita a uma exceção a esta Política, você precisará avaliar separadamente se a transação está em conformidade com a legislação aplicável. Por exemplo, mesmo que uma transação seja indicada como isenta desta Política, talvez seja necessário cumprir as restrições de negociação "**short-swing**" previstas na Seção 16 do Exchange Act, na medida do aplicável. Você é responsável por cumprir a(s) lei(s) aplicável(is) em todos os momentos.

## **Transações de acordo com um plano de negociação que esteja em conformidade com as regras da SEC**

A SEC promulgou regras que oferecem uma defesa afirmativa contra supostas violações de As leis federais de negociação com informações privilegiadas dos Estados Unidos para transações de acordo com um contrato, instrução ou plano por escrito que atenda a determinados requisitos estabelecidos na Norma 10b5-1 do Exchange Act (um "**Plano da Norma 10b5-1**"). Entre outras exigências, um Plano da Regra 10b5-1 deve (i) especificar o valor, o preço, a data da transação, a duração do acordo de negociação e o número agregado de títulos a serem vendidos ou comprados de acordo com o acordo de negociação, (ii) especificar um método objetivo para determinar o valor, o preço e a data da transação e/ou (iii) colocar qualquer critério subsequente para determinar o valor, o preço e a data da transação em outra pessoa que não esteja, no momento da transação, ciente de informações materiais não públicas.

Os Planos da Regra 10b5-1 devem ser adotados quando a janela de negociação estiver aberta e quando você não tiver conhecimento de informações materiais não públicas. Além

# ARTIVION™

disso, você deve agir de boa-fé com relação a um Plano da Norma 10b5-1 e não como um esquema para evitar a proibição de negociações com informações privilegiadas. Portanto, embora as modificações em um Plano da Norma 10b5-1 existente não sejam proibidas, um Plano da Norma 10b5-1 deve ser adotado com a intenção de não ser alterado ou encerrado antes de sua expiração. Os executivos e diretores devem incluir uma declaração no Plano da Norma 10b5-1 no momento em que

# ARTIVION™

de sua adoção ou modificação que (i) a pessoa não tem conhecimento de informações materiais não públicas sobre a Empresa e (ii) a pessoa está adotando o plano de boa-fé e não como parte de um plano ou esquema para burlar as proibições da Regra 10b-5.

Os Planos da Regra 10b5-1 devem prever que nenhuma negociação possa ocorrer até a expiração do período de reflexão aplicável especificado na Regra 10b5-1(c)(ii)(B). O período de reflexão apropriado variará de acordo com o status da Pessoa Coberta. Para conselheiros e diretores, o período de reflexão termina no mais tardar (i) 90 (noventa) dias após a adoção ou modificação do plano de negociação; ou (ii) 2 (dois) dias úteis após a divulgação dos resultados financeiros da Empresa em um Formulário 10-Q ou Formulário 10-K para o trimestre no qual o plano de negociação foi adotado ou modificado (não excedendo 120 dias). Para todos os outros cobertos por esta Política, o período de reflexão termina 30 (trinta) dias após a adoção ou modificação do plano de negociação. Esse período de reflexão exigido se aplicará à entrada em um novo Plano da Regra 10b5-1 e a qualquer revisão ou modificação de um Plano da Regra 10b5-1.

Sujeito a determinadas exceções limitadas de acordo com a Regra 10b5-1, você não pode participar de mais de um Plano Regra 10b5-1 de negociação por vez. Sujeito a determinadas exceções limitadas especificadas na Regra 10b5-1, você também está limitado a apenas um Plano da Regra 10b5-1 de "negociação única" durante qualquer período de 12 meses (ou seja, um Plano da Regra 10b5-1 projetado para efetuar uma compra ou venda em mercado aberto do valor total dos títulos sujeitos ao Plano da Regra 10b-1 como uma única transação).

As transações feitas de acordo com um Plano da Regra 10b5-1 que (i) esteja em conformidade com a defesa afirmativa estabelecida na Regra 10b5-1 e (ii) seja aprovado pelo Conselho Geral, não estão sujeitas às restrições desta Política contra negociações feitas enquanto se tem conhecimento de informações materiais não públicas ou aos procedimentos de pré-autorização ou períodos de blackout estabelecidos nesta Política. Ao aprovar um Plano de acordo com a Norma 10b5-1, o Conselho Geral poderá, em prol dos objetivos expressos nesta Política, impor critérios além daqueles estabelecidos na Norma 10b5-1. Portanto, você deve consultar o Conselho Geral antes de participar de qualquer Plano da Norma 10b5-1.

As regras da SEC referentes aos Planos da Regra 10b5-1 são complexas e devem ser cumpridas integralmente para que sejam eficazes. A descrição fornecida acima é apenas um resumo, e a Empresa recomenda enfaticamente que você consulte seu consultor jurídico caso pretenda adotar, alterar ou encerrar um Plano da Regra 10b5-1. Embora os Planos da Regra 10b5-1 estejam sujeitos à análise e aprovação da Empresa, o indivíduo que adota, altera ou encerra o plano de negociação é, em última instância, responsável pela conformidade com a Regra 10b5-1 e por garantir que o plano de negociação esteja em conformidade com esta Política.

Os Planos da Regra 10b5-1 devem ser registrados junto ao Conselho Geral e devem ser acompanhados de um certificado assinado declarando que o Plano da Regra 10b5-1 está em conformidade com as exigências legais e quaisquer outros critérios estabelecidos pela Empresa. A Empresa e seus executivos e diretores devem fazer determinadas divulgações nos registros da SEC referentes aos Planos da Regra 10b5-1. Os diretores e conselheiros da Empresa devem se comprometer a fornecer qualquer informação solicitada pela Empresa com relação aos Planos da Regra 10b5-1 com o objetivo de fornecer as divulgações exigidas ou quaisquer outras divulgações que a Empresa considere apropriadas de acordo com as circunstâncias. Cada diretor, executivo e outro insider da Seção 16 entende que a aprovação ou adoção de um programa de venda pré-planejado não reduz ou elimina de forma alguma as obrigações dessa pessoa nos termos da Seção 16 do Exchange Act, incluindo a divulgação dessa pessoa e as responsabilidades de negociação a descoberto nos termos da mesma. Em caso de dúvidas, essa pessoa deve consultar seu próprio

# ARTIVION™

advogado para implementar um Plano da Regra 10b5-1.

## **As restrições de negociação previstas nesta Política geralmente não se aplicam ao recebimento e à aquisição de opções de ações, ações restritas e direitos de valorização de ações**

As restrições de negociação de acordo com esta Política não se aplicam à aceitação ou compra de opções de ações, ações restritas ou direitos de valorização de ações emitidos ou oferecidos pela Empresa. As restrições de negociação de acordo com esta Política também não se aplicam à aquisição, cancelamento ou perda de opções de ações, ações restritas ou direitos de valorização de ações de acordo com os planos e contratos aplicáveis.

## **As restrições de negociação previstas nesta Política geralmente não se aplicam ao exercício de opções de ações em troca de dinheiro**

As restrições de negociação segundo esta Política não se aplicam ao exercício de opções de ações em troca de dinheiro segundo os planos de opções de ações da Empresa. Da mesma forma, as restrições de negociação de acordo com esta Política não se aplicam ao exercício de opções de ações em um exercício de ações por ações com a Empresa ou uma escolha para que a Empresa retenha títulos para cobrir obrigações fiscais em conexão com um exercício de opção. No entanto, as restrições de negociação de acordo com esta Política se aplicam (i) à venda de quaisquer títulos emitidos no exercício de uma opção de compra de ações, (ii) ao exercício sem dinheiro de uma opção de compra de ações por meio de um corretor, uma vez que isso envolve a venda de uma parte das ações subjacentes para cobrir os custos do exercício, e (iii) a qualquer outra venda no mercado com a finalidade de gerar o dinheiro necessário para pagar o preço de exercício de uma opção.

## **As restrições de negociação geralmente não se aplicam a compras do plano de compra de ações para funcionários**

As restrições de negociação nesta Política não se aplicam a eleições com relação à participação no plano de compra de ações para funcionários da Empresa ou a compras de títulos de acordo com o plano. Entretanto, as restrições de negociação se aplicam a quaisquer vendas subsequentes de tais títulos.

## **As restrições de negociação não se aplicam a determinadas transações do plano 401(k)**

As restrições de negociação nesta Política não se aplicam a compras de ações da Empresa no plano 401(k) resultantes de contribuições periódicas ao plano com base em sua opção de contribuição na folha de pagamento. As restrições de negociação se aplicam, no entanto, às escolhas que você faz no plano 401(k) para

(i) aumentar ou diminuir a porcentagem de suas contribuições que serão alocadas a um fundo de ações da Empresa, (ii) mover saldos para dentro ou fora de um fundo de ações da Empresa, (iii) tomar dinheiro emprestado de sua conta do plano 401(k) se o empréstimo resultar na liquidação de parte ou de todo o saldo do fundo de ações da Empresa, e (iv) pagar antecipadamente um empréstimo do plano se o pagamento antecipado resultar na alocação dos recursos do empréstimo a um fundo de ações da Empresa.

## **As restrições de negociação geralmente não se aplicam a desdobramentos de ações, dividendos de ações e transações semelhantes**

As restrições de negociação segundo esta Política não se aplicam a uma alteração no número de títulos detidos como resultado de um desdobramento de ações ou dividendo de ações aplicado igualmente a todos os títulos de uma classe ou transações semelhantes.

# ARTIVION™

## **As restrições de negociação geralmente não se aplicam à mudança na forma de propriedade**

As transações que envolvem apenas uma mudança na forma como você possui os títulos são permitidas. Por exemplo, você pode transferir ações para um trust *inter vivos* do qual você é o único beneficiário durante sua vida.

## **Outras exceções**

Qualquer outra exceção a esta Política deve ser aprovada pelo Conselho Geral, em consulta com o Diretor Financeiro; desde que, no entanto, qualquer outra exceção concedida com relação a uma transação envolvendo o Conselho Geral ou o Diretor Financeiro seja aprovada pelo Diretor Executivo.

## **CONFORMIDADE COM A SEÇÃO 16 DA LEI DE CÂMBIO**

### **Diretores, executivos, principais acionistas e algumas outras pessoas têm obrigações adicionais de acordo com a Seção 16**

A Seção 16 do Exchange Act e as regras e regulamentações relacionadas estabelecem (i) obrigações de relatórios, (ii) limitações sobre transações de "venda a descoberto" e (iii) limitações sobre vendas a descoberto e outras transações aplicáveis a conselheiros, diretores, grandes acionistas e outras pessoas. A Empresa forneceu ou fornecerá memorandos e outros materiais que tratam desses assuntos.

O Conselho Geral manterá uma lista de pessoas que devem cumprir a Seção 16 do Exchange Act e as regras e regulamentos relacionados, devido aos respectivos cargos dessas pessoas na Empresa. O Conselho Geral poderá alterar essa lista periodicamente, conforme apropriado, para refletir a eleição de novos diretores ou conselheiros, qualquer alteração nas responsabilidades dos diretores ou de outros funcionários e quaisquer promoções, rebaixamentos, renúncias ou saídas.

Essa lista não é necessariamente uma lista exaustiva de pessoas sujeitas às exigências da Seção 16 em um determinado momento. Mesmo que não esteja na lista, você pode estar sujeito às obrigações de relatório da Seção 16 devido às suas participações acionárias, por exemplo.

### **Requisitos de notificação para facilitar o relatório da Seção 16**

Para facilitar a comunicação oportuna de transações de acordo com as exigências da Seção 16, cada pessoa sujeita às exigências de comunicação da Seção 16 deve fornecer ou garantir que seu corretor forneça à Empresa informações detalhadas (*por exemplo*, data da negociação, número de ações, preço exato, *etc.*) sobre suas transações envolvendo os títulos da Empresa, incluindo presentes, transferências, promessas e transações de acordo com um plano de negociação, tanto antes (para confirmar a conformidade com os procedimentos de pré-autorização, se aplicável) quanto imediatamente após a execução.

### **Outros requisitos também podem se aplicar**

As transações com títulos da Empresa por diretores e executivos também podem desencadear exigências e restrições adicionais de relatórios e, em grandes volumes, podem ser consideradas uma "distribuição" que exige registro de acordo com as leis de títulos. Isso torna particularmente importante o cumprimento dos procedimentos de pré-autorização desta Política.

# ARTIVION™

## **Responsabilidade pessoal**

A obrigação de apresentar relatórios da Seção 16 e de cumprir a Seção 16 e outras regras e regulamentos é pessoal. Embora a Empresa possa facilitar o preenchimento de tais formulários em nome de diretores e executivos em determinados casos, a Empresa não é responsável pela falha de qualquer indivíduo em cumprir as regras e regulamentações aplicáveis.

## **INFORMAÇÕES ADICIONAIS EM**

### **Entrega da política**

Esta Política será entregue a todos os diretores, executivos, funcionários e agentes da Empresa quando eles começarem a trabalhar na Empresa. Além disso, esta Política (ou um resumo dela) será publicada no site da intranet da Empresa e circulada periodicamente. Cada diretor, executivo, funcionário e agente da Empresa deve reconhecer que compreende e concorda em cumprir esta Política.

### **Emendas**

Temos o compromisso de revisar e atualizar continuamente nossas políticas e procedimentos. Portanto, a Empresa se reserva o direito de emendar, alterar ou encerrar esta Política a qualquer momento e por qualquer motivo, sujeito à legislação aplicável. Uma cópia atualizada das políticas da Empresa com relação a negociações com informações privilegiadas pode ser obtida entrando em contato com o Conselho Geral.

\* \* \*

*Nada nesta Política de uso de informações privilegiadas cria ou implica um contrato de trabalho ou termo de emprego. O emprego na Empresa é um emprego voluntário. O emprego voluntário pode ser rescindido com ou sem justa causa e com ou sem aviso prévio a qualquer momento pelo funcionário ou pela Empresa. Nada nesta Política de Informações Privilegiadas limitará o direito de rescindir o contrato de trabalho por vontade própria. Nenhum funcionário da Empresa tem autoridade para firmar qualquer contrato de trabalho por um período de tempo específico ou para fazer qualquer acordo ou declaração contrária à política da Empresa de trabalho por vontade própria. Somente o CEO da Empresa tem autoridade para firmar qualquer acordo desse tipo, que deve ser feito por escrito.*

*As políticas contidas nesta Política de uso de informações privilegiadas não constituem uma lista completa das políticas da Empresa nem uma lista completa dos tipos de conduta que podem resultar em medidas disciplinares, inclusive demissão.*